

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

LUMA BAIA MONTEIRO

**O APARELHO ESTATAL DE COERÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964:
Uma Análise do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão/ DOPS-MA.**

São Luís, MA

2018

LUMA BAIA MONTEIRO

**O APARELHO ESTATAL DE COERÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964:
Uma Análise do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão/ DOPS-MA.**

Monografia apresentada ao Curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de Licenciatura em História.
Orientadora: Prof. Dra. Mônica Piccolo Almeida
Chaves.

São Luís, MA
2018

LUMA BAIA MONTEIRO

**O APARELHO ESTATAL DE COERÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964:
Uma Análise do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão/ DOPS-MA.**

Monografia apresentada ao Curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de Licenciatura em História.
Orientadora: Prof. Dra. Mônica Piccolo Almeida
Chaves.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves. (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 1

Examinador 2

Agradecimentos

Neste pequeno espaço gostaria de descrever em linhas, minha profunda gratidão por algumas pessoas que me motivaram a concluir este trabalho, além disto, contribuíram para o meu crescimento pessoal.

Desta forma, gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, mas não esse Deus que alguns homens inventaram que joga homossexuais no inferno, pune todos aqueles que não seguem cegamente doutrinas religiosas e não ofertam dízimos, esse Deus não é de meu interesse. Eu agradeço ao Deus que me motiva e fortalece a minha fé nos momentos em que eu me sinto fraca e insegura, ao Deus que observa cada traço de bondade nos seres humanos, ainda que seja cada vez mais difícil enxergá-las, ao Deus que não julga e, principalmente, não oprime as pessoas.

Meus sinceros agradecimentos aos meus pais Alcilene Baia Monteiro e Adauto Guilherme Monteiro, as pessoas mais maravilhosas que existem no meu mundo, que preferiam que eu tivesse feito Direito, mas que me apoiaram quando tomei a decisão de fazer História e sempre estiveram comigo, bancando minhas xerox e materiais do curso. Agradeço principalmente ao meu querido pai Guilherme, que me motivou a concluir este trabalho, todos os dias em que me lembrou que eu não tenho foto de beca e diploma para provar que sou formada.

Agradeço aos amigos que conheci nas salas da Universidade Estadual do Maranhão e se tornaram parceiros para uma vida, amigos com os quais eu compartilhei momentos tristes e também momentos de gargalhadas altas e contagiantes, aos meus amigos Danna Paula Sousa, Drielle Sousa Bittencourt, Felipe Soeiro e Talysson Bastos, agradeço pelo apoio, pelos conselhos, por serem os melhores amigos historiadores que eu poderia ter neste mundo, sem a companhia de vocês o árduo caminho até aqui não teria a menor graça.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo de dois anos de estágio no Arquivo Público do Estado, que compartilharam comigo longas tardes de análises documentais e juntos contribuímos para a História da Escravidão do Maranhão, amigos aos quais eu prometi que iniciaria a temporada de refeições de grau de 2018, são eles, Fabíola Silva, Jussara Pétala, Laíse Ribeiro, Tayane Cristina e o meu querido amigo Rafael Passos de Melo, com quem compartilhei cada etapa da construção desta monografia. Um agradecimento especial à Ironilde Reis, que prometeu rezar incessantemente até que eu terminasse meu TCC.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora Mônica Piccolo, uma das mulheres mais inteligentes que já conheci, que sem dúvida alguma se tornou uma inspiração

quanto aos estudos sobre o golpe civil-militar de 1964. Te agradeço pela paciência.

“Emancipate yourselves from mental slavery
None but ourselves can free our minds
Have no fear for atomic energy
Cause none of them can stop the time”
(Redemption Song – Bob Marley)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi idealizado com o objetivo de refletir sobre o funcionamento do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão – DOPS/MA, através dos conceitos gramscianos de Hegemonia, Aparelhos Privados de Hegemonia e, finalmente, Aparelho Estatal de Coerção, sendo este o conceito mais importante para o desenvolvimento deste trabalho. Esta pesquisa refletirá também, sobre como a repressão se tornou uma importante ferramenta para a manutenção do regime civil-militar deflagrado no Brasil no ano de 1964. Para que tal reflexão seja construída, parte-se da análise historiográfica da literatura que discute a inserção e a continuidade da Ditadura civil-militar, com o objetivo de expor quais os aspectos políticos, econômicos e sociais foram fundamentais para a construção de um regime autoritário. Além disto, este trabalho buscará levantar uma reflexão teórica, através da análise da estrutura montada para assegurar o golpe de 1964, partindo da idéia que compreende a execução da Ditadura civil-militar enquanto um projeto minuciosamente pensado, com a finalidade de garantir interesses classistas. Através da análise documental das fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão, este trabalho buscará, também, debater sobre como a ação do Departamento de Ordem Política Social do Maranhão colaborou para difundir a ideologia da Ditadura, enfatizando o papel coercitivo e higienizador social do DOPS/MA em confluência com outros DOPS, espalhados pelo Brasil.

Palavras-chave: ditadura, hegemonia, coerção, ideologia.

ABSTRACT

This following text seeks thinking about Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão DOPS/MA, through the Gramscian concepts of Hegemony, Private Hegemony Apparatus and, finally, State Apparatus of Coercion, being the most important concept for the development of this work. This research will also reflect on how repression became an important tool for the maintenance of the civil-military regime launched in Brazil in 1964. For such a reflection to be constructed, it starts with the historiographical analysis of literature that discusses the insertion and the continuity of the civil-military dictatorship, with the objective of explaining which political, economic and social aspects were fundamental for the construction of an authoritarian regime. In addition, this work will seek to raise a theoretical reflection through the analysis of the structure set up to assure the 1964 coup, starting from the idea that comprises the execution of the Civil-Military Dictatorship as a thoroughly thought out project, with the purpose of securing class interests. Through the documentary analysis of the sources available in the Public Archive of the State of Maranhão, this work will also seek to discuss how the action of the Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão collaborated to spread the ideology of the Dictatorship, emphasizing the coercive and sanitary role of the DOPS / MA in confluence with other DOPS, spread throughout Brazil.

Key words: dictatorship, hegemony, coercion, ideology.

LISTA DE SIGLAS

- AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas.
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
- DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.
- DSN – Doutrina de Segurança Nacional.
- FMI – Fundo Monetário Internacional.
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
- IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
- ONU- Organização das Nações Unidas.
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
- PCI – Partido Comunista Italiano.
- PSI – Partido Socialista Italiano.
- SFICI – Serviço Federal de Informações e contrainformação.
- SNI – Sistema Nacional de Informação.
- UDN – União Democrática Nacional.
- UNE – União Nacional dos Estudantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS: MAPEAMENTO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM 1964.....	12
1.1. O panorama político brasileiro de 1945 a 1964	13
1.2. A Ditadura civil-militar sob a perspectiva conservadora:.....	16
1.3. Questionamentos acerca de uma visão simplista da Ditadura civil-militar:.....	20
CAPÍTULO 2 - A REFLEXÃO TEÓRICA DO GOLPE: UMA VISÃO CONCEITUAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR.	25
2.1 Da formação à nacionalização do projeto Ditadura:	25
2.2. A concepção teórica da Ditadura civil-militar	30
CAPÍTULO 3 - REPRESSÃO E ORDEM - UMA ANÁLISE DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO MARANHÃO	33
3.1. Apresentação geral do Departamento de Ordem Política e Social:	34
3.2. A organização de séries documentais do DOPS/MA:	35
3.3. Análise documental acerca do funcionamento do DOPS/MA.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	46

INTRODUÇÃO

A presente monografia buscará construir uma análise do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão – DOPS/MA, associada à perspectiva do teórico marxista italiano Antônio Gramsci, que define o conceito de aparelho estatal de coerção. Tal conceito, segundo Gramsci, surge quando o consenso espontâneo, que pode ser obtido através dos aparelhos privados de hegemonia, não consegue assegurar que sua predominância. Deste modo, a classe dirigente precisa recorrer a métodos repressivos para alcançar um cenário hegemônico. Sob esta ótica analisa-se, através de análises historiográficas e documentais, a repressão social ativa, daqueles que se apresentavam em desacordo ao regime autoritário instaurado no Brasil no ano de 1964.

Para a construção desta pesquisa, parte-se da idéia que o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social configurou-se, ao longo do seu exercício, enquanto um mecanismo de manutenção da Ditadura civil-militar, com o foco em eliminar opositores da ideologia do regime. O que será discutido ao longo deste trabalho é o fato de o DOPS exemplificar, através da sua prática, o conceito de aparelho estatal de coerção, ou seja, um mecanismo de manutenção da Ditadura, através da repressão.

No capítulo inicial desta análise, intitulado **Perspectivas Historiográficas: Mapeamento político e ideológico da implementação da Ditadura civil-militar em 1964**, discute-se a historiografia que contempla Ditadura Civil-Militar, levando em consideração duas perspectivas analíticas do regime civil-militar, uma destas é a que suaviza a complexidade da estrutura montada para executar o golpe e, posteriormente, dar continuidade ao mesmo. A outra linha interpretativa, abordada ao longo deste capítulo se refere à interpretação do golpe, enquanto um projeto bem estruturado, pensado para atender as demandas da elite orgânica, como pontua o autor René Dreifuss (1987).

Para tal exercício será apresentado o cenário político pelo qual percorreu o Brasil, desde a Redemocratização, com o intuito de ilustrar sob qual contexto político a ditadura foi instaurada. Para construir esta análise serão adotadas as produções textuais de autores como Carlos Fico, Daniel Aarão Reis, Demian Melo, Nilson Borges, Thomas Skidmore, René Armand Dreifuss, Sheldon Maran, Sônia Mendonça e outros, com a finalidade expor os pensamentos sobre o período de Ditadura civil-militar sob perspectivas distintas.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso dá continuidade a sua análise no segundo capítulo, intitulado **A Reflexão teórica do golpe: Uma visão conceitual da Ditadura civil-militar**, refletindo sobre tese de René Armand Dreifuss, que descreve a

estrutura que elaborou e sustentou a Ditadura civil-militar ao longo de duas décadas. Além disto, discute-se o golpe conceitualmente, associando, através das considerações de Antônio Gramsci, teoria e prática. Neste contexto apresenta-se o DOPS/MA, no que se refere à parte prática e responsável pela estrutura que assegura a continuidade do regime, assim como, se torna possível analisar o mesmo departamento, teoricamente, no que se refere ao conceito estruturado por Gramsci de Aparelho Estatal de Coerção.

No capítulo que finda este trabalho, **Repressão e Ordem - uma análise do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão** será apresentada a documentação referente ao funcionamento do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão, que atualmente estão localizados no Arquivo Público do Estado. A partir destas fontes, será abordada a idéia de repressão em favor da ordem, com a finalidade de preservar e prolongar o regime ditatorial civil-militar que vigorou no Brasil a partir do golpe dado em 1964 até o ano de 1985.

Tal análise buscará evidenciar, através das amostras documentais, que o DOPS/MA tratou-se de um aparelho estatal de coerção e por este motivo, tinha o objetivo de cristalizar a ideologia impregnada no regime que estava associada à Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, ao longo da análise que aqui se constrói, o trabalho tentará debater acerca do significado de instaurar no Brasil um regime autoritário, partindo da premissa que neste contexto político, a Doutrina de Segurança Nacional configurou-se como alegação para criar um Estado autoritário, que tinha como objetivo prático frear os avanços das classes trabalhistas e exterminar qualquer pensamento de esquerda.

A documentação utilizada para construir a análise da ação do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão no período da Ditadura civil-militar, compreende os anos da década de 1970 e através dos seus conteúdos ilustram como a ação do DOPS/MA organizou-se em função de assegurar que a ideologia do regime fosse apreendida pela população, promovendo a higienização social contra questionadores do regime.

CAPÍTULO 1 - PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS: MAPEAMENTO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM 1964

Este capítulo apresenta-se com a proposta de debater a historiografia que contempla o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Isto Significa dizer que o presente texto se propõe a refletir sobre as principais publicações relacionadas à ditadura instaurada em 1964. Para que tal reflexão seja construída, a historiografia utilizada como base para os debates será compreendida sob duas perspectivas, sendo a primeira a que se refere a um posicionamento que suaviza a complexidade da estrutura da ditadura civil-militar, apontando-a como um estado de transição, necessário para o fim do populismo, e de caráter provisório, que neste trabalho chamaremos de historiografia conservadora. A segunda perspectiva que será abordada nesta produção textual se relacionará a um posicionamento que interpreta o golpe de 1964 enquanto um projeto muito bem estruturado, pensado para conter os avanços de categorias trabalhistas e do pensamento de esquerda, que neste trabalho chamaremos de posicionamento contestador.

1.1. O panorama político brasileiro de 1945 a 1964

A Ditadura instaurada no Brasil no ano de 1964 representou o auge de um período de crises políticas. Para a melhor compreensão dos debates historiográficos que permeiam o golpe de 1964, faz-se necessário entender o caminho político que o Brasil percorreu com o fim do Estado Novo, até a tomada do poder pelos militares. Deste modo, o presente texto inicia a sua análise, partindo das concepções da autora Sônia Mendonça (1986). Tal autora analisa o fim do Estado Novo a partir da idéia de “dupla crise”: a primeira refere-se à economia do país e a segunda, à falência do pacto populista. Portanto, é necessário refletir sobre o ano de 1945, ou seja, o ano marcado pelo fim da ditadura Estado-novista e o início de um período denominado de Redemocratização.

Partindo das concepções de Mendonça, a Redemocratização pode ser analisada a partir de duas correntes interpretativas, a primeira, relacionada ao fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que as políticas econômicas de caráter protecionista perdem as forças e então o neoliberalismo econômico floresce, como ocorrido no Brasil. A segunda explicação refere-se à organização das classes trabalhistas, que pode ser exemplificada através do Manifesto dos Mineiros, que se tratou de uma carta aberta, publicada no ano de 1943, no dia

em que a revolução de 1930 fazia aniversário, escrita por figuras importantes do estado de Minas Gerais, que em suas linhas defendia o fim do Estado Novo.

Em análise ao contexto político acima apresentado, torna-se possível compreender que o Brasil se encontrava em um período de transformações nos âmbitos político e econômico. Desta maneira, a economia brasileira viu-se permeada por questões como a inflação, que neste caso era utilizada como técnica de poupança forçada, pois a elevação dos preços distanciava as classes populares do acesso a bens de consumo. As consequências da redução do poder de compra foram sentidas diretamente pelas classes trabalhadoras, o que intensificou o desgaste do pacto populista, que consistia, em uma explicação simples, em trabalhadores exercendo as suas funções sem promover greves, em troca de leis trabalhistas.

Todavia, o novo modelo econômico implantado no governo de Juscelino Kubitschek, que se iniciou em 1956, modificou o cenário de distanciamento das compras. Ainda que os salários estivessem baixos, o poder de compra, no plano “cinquenta anos em cinco”, era garantido através do crédito concedido aos trabalhadores, o que configurava uma excelente garantia de lucro para as indústrias.

O plano desenvolvimentista criado durante o governo de Juscelino Kubitschek, popularmente conhecido como “cinquenta anos em cinco”, marca o período em que a indústria de bens de consumo, principalmente a do setor terciário, cresce consideravelmente no Brasil. Desta maneira, o cenário econômico do país passa por uma profunda transformação, já que as classes mais baixas conseguiram ter acesso a bens, que anteriormente apenas as classes médias e altas possuíam.

Os setores políticos mais conservadores não aceitaram com facilidade o plano econômico proposto por Juscelino Kubitschek. Segundo Sheldon C. Maran (1991), como forma de conter as críticas negativas ao governo, por parte da oposição conservadora, um partidário da União Democrática Nacional - UDN foi chamado para exercer a função de presidente da CAPE, a empresa responsável pela construção de Brasília.

Ainda que a economia do país estivesse passando por transformações relativamente positivas, advindas do plano desenvolvimentista, as consequências da imediata industrialização brasileira foram catastróficas. A principal consequência deste projeto foi a imensa dívida externa deixada. Além disto, as relações com o Fundo Monetário Internacional - FMI ficaram abaladas e foram restabelecidas somente durante o governo de Jânio Quadros, como pontua muito bem o autor Sheldon Maran.

Com o esfriamento desta aparente boa fase industrial no Brasil, a instabilidade

econômica voltou a estar em evidência no país. A conta deixada pelo “cinquenta anos em cinco” deveria ser paga. Entretanto, a classe política brasileira não entrava em consenso e não sabia por onde iniciariam os reparos do defasamento econômico, deixado como “herança” por Juscelino Kubitschek. É nesse momento de instabilidade política, que a UDN, pela primeira vez, consegue eleger um candidato ao mais alto cargo político do país.

Quando Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil no ano de 1961, o então presidente tornou pública, em seu discurso de posse, quão grave era a situação financeira do país. Tal como evidenciam os autores Hildete Melo, Carlos Bastos e Vitor Araújo, em suas considerações:

Ao assumir o governo em janeiro de 1961, o presidente Jânio Quadros denunciou, em seu discurso de posse, a situação financeira que lhe fora legada pelo governo anterior, a dívida externa que somava cerca de US\$ 3 bilhões, dos quais US\$ 2 bilhões deveriam ser quitados durante seu governo, o déficit no balanço de pagamentos, o déficit público e uma taxa de inflação em torno de 26% no ano anterior. (MELO; BASTOS; ARAÚJO, 2006, p.81)

O governo antecessor havia deixado uma dívida externa de três bilhões de cruzeiros, os quais dois bilhões deveriam ser quitados durante o novo governo. Desta forma, nos sete meses em que Jânio Quadros esteve à frente da presidência da República a sua forma de governar estava voltada à tentativa de estabilizar a economia do país. Tal política de estabilização estava pautada nos moldes do Fundo Monetário Internacional - FMI, como tentativa de garantir novos empréstimos e a entrada do Brasil no circuito financeiro internacional.

No dia 25 de Outubro de 1961, Jânio Quadros surpreendeu a todos quando renunciou à Presidência da República, o que agravou a crise pela qual passava o país, dada a instabilidade financeira e política. Com a renúncia de Jânio, João Goulart, então vice-presidente, deveria ascender ao cargo de presidente do Brasil, todavia a posse de Jango foi vetada por ministros partidários de Jânio Quadros. Como consequência do veto o Brasil passou a ser governado em regime parlamentarista, ou seja, a legitimidade do governo de João Goulart estava sendo mediada pelo poder legislativo.

O regime parlamentarista vigorou no Brasil durante quinze meses. Quando o presidencialismo voltou a ser o regime governamental do país, João Goulart ainda estava sob constantes pressões da elite política udenista e da elite econômica dominante. Partindo das concepções dos autores Hildete Melo, Carlos Bastos e Victor Araújo (2006), é possível compreender que o governo de Goulart encontrava-se em dificuldades devido ao fato de

apresentar-se enquanto um governo reformista, em meio à forças políticas opostas às reformas.

Com relação ao período em que João Goulart exerceu a função de presidente da República, é possível destacar duas principais questões que marcaram o governo, a primeira está relacionada a preocupação social, e a segunda à defesa da economia nacional. Tais pontos distanciavam-se aos anseios das elites brasileiras, entretanto, eram fundamentais para a construção de um cenário político e social igualitário.

Ainda que o governo de João Goulart, seja permeado por contradições, como, por exemplo, a inexistência de ajustes compatíveis as demandas sociais, tal contradição dá-se pela conjuntura sócio política pela qual passava o Brasil, pois as pressões elitistas cobravam uma estabilização econômica que não precisaria, necessariamente, tocar em reformas sociais. Portanto, é inevitável concluir que o governo Jango, além de possuir forte oposição interna, também era alvo das pressões conservadoras antirreforma.

João Goulart tentava governar ao mesmo tempo para faces opostas da mesma moeda, ou seja, via-se em meio à tentativa de aproximação de políticas que atendessem às demandas sociais e ao mesmo tempo estava atento às demandas elitistas. Desta forma, quando Goulart participou do comício da Candelária¹, onde o público-alvo de seu discurso eram as classes trabalhadoras, a face oposta e elitista da moeda sentiu-se ameaçada pelas possíveis consequências deste avanço.

Em um contexto em que as elites presenciaram a tentativa de aproximação do governo aos anseios das classes trabalhadoras, João Goulart foi destituído do poder, como consequência de um golpe no dia 31 de março de 1964. No dia 1º de abril do mesmo ano, foi declarada vacância na presidência. O presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzili foi imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos como o novo presidente do Brasil. Após esses dias de transformações forçadas, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, assume o cargo de presidente do Brasil dando início aos sucessivos governos militares, que perduraram por duas décadas.

1.2. A Ditadura civil-militar sob a perspectiva conservadora:

Os embates historiográficos relacionados à implementação da Ditadura civil-

¹ O comício da Candelária refere-se ao discurso do presidente João Goulart, na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Em seu discurso, Jango falou sobre as Reformas de Base que pretendia adotar no decorrer do seu governo.

militar de 1964 podem ser analisados a partir de duas principais correntes interpretativas. Uma destas é a que compreende a ditadura como uma intervenção necessária para conter o avanço das ideias políticas esquerdista e a ameaça comunista, para findar com os sucessivos governos populistas e em defesa da moral e da ordem no país. Em análise a esta perspectiva, observa-se uma tentativa de suavizar a complexidade da estrutura criada para consolidar o regime ditatorial do Brasil.

A exemplo de autor que explica a Ditadura por este viés interpretativo cita-se Nilson Borges (2003), que em suas considerações pontua que a intervenção militar fez-se necessária para reverter os desvios da política. Deste modo, recorrer à ditadura representaria uma forma de findar com os sucessivos governos populistas. Sob esse aspecto, o autor enfatiza uma das principais justificativas das forças armadas para a implementação do regime ditatorial.

Desta forma, em suas considerações, Borges argumenta em favor da necessidade de garantir a estabilidade e a segurança da nação, sendo estes aspectos a base que fundamentou a Doutrina de Segurança Nacional, que se referia a um dos principais aspectos abordados pelo discurso militar, e foi justamente para promover a segurança da nação que os militares executaram o golpe de 1964 e, posteriormente, defenderam a sua estadia no poder. Para ilustrar a descrição de tal perspectiva política, é importante analisar a seguinte afirmação:

A idéia, por exemplo, do destino do manifesto do militar foi motivada pela formação profissional desenvolvida na instituição de que ao soldado compete a missão providencial de salvar a pátria. Assim, a intervenção dos militares na esfera política aparece como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional (BORGES, 2003, p.18)

Levando em consideração a análise de Nilson Borges sobre a Ditadura civil-militar, o golpe de 1964 funcionou como ferramenta para sanar os problemas políticos pelos quais o Brasil passava. O que se torna totalmente justificável, pois durante as suas formações os soldados recebiam educação política, segundo Borges, suficiente para atender as demandas da pátria.

A idéia da necessidade da intervenção militar precisava ser apresentada e consolidada entre a população brasileira. Para fortalecer tal pensamento, foi utilizado um forte aparato midiático, como mecanismo de controle social. Assim, os jornais foram fundamentais para a promoção da idéia de necessidade do golpe, pois como pontua o autor Carlos Fico (2004), a manchete publicada pelo Correio da Manhã, em que se lia “Basta!” “Fora!”,

traduzia-se em uma forma de mobilizar o público contra o governo de João Goulart, como o referido autor explica na seguinte afirmação:

Nos últimos dias de março intensificaram-se as atividades conspiratórias, envolvendo oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários. Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de destabilização do governo de João Goulart, sobretudo através de atividades de prolongada propaganda política variada, capitaneadas pelo IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e pelo IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que afirmavam a incompetência do governo e a sua tendência esquerdista (FICO, Carlos. 2004, p.15)

O uso das mídias, além de ter sido essencial para a implementação do golpe, foi também fundamental para a manutenção do mesmo. Em função disto foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, que funcionou de 1968 à 1974, órgão responsável pela elaboração e difusão da propaganda da ditadura. Neste contexto, o regime precisava ilustrar o seu aspecto positivo, já que desde a sua implementação comentava-se a respeito das torturas realizadas por militares. As mídias eram usadas para abafar tais comentários, contrariando a tendência historiográfica conservadora, que tende a mapear os relatos de violência por parte das forças armadas somente após o Ato Institucional Nº5 – AI5, que vigorou no país de 1968 à 1978.

A estrutura que consolidou o poder da Ditadura civil-militar, foi pensada estrategicamente em favor da sua manutenção, afinal, foram vinte anos à frente dos trâmites políticos do país. Tal projeto transcende a idéia que compreende que o golpe civil-militar deflagrado no ano de 1964 foi consequência do acaso, algo sem planejamento ou “guerra da saliva” como a interpretação exposta por Daniel Arão Reis em suas considerações textuais, como por exemplo:

As tropas foram descendo a serra devagarinho, num estilo bem à moda dos militares brasileiros, ou seja, acompanhadas por muitos telefonemas e articulações de bastidores: a guerra da saliva (REIS, 2001, p.322).

O que torna a interpretação do regime militar de 1964, através da corrente conservadora, um posicionamento questionável, são os mecanismos utilizados, principalmente pela linha dura, ou seja, os militares mais extremistas, quanto à repressão em função da perpetuação do poder. É preciso esclarecer que ainda que houvesse certa discussão

a favor da abertura política, tal abertura deveria ser exercida de maneira tutelada, ou seja, aos militares ainda caberia participação ativa nas decisões governamentais.

É relevante para esta discussão historiográfica ressaltar que a política do regime ditatorial estava permeada por mecanismos que, em contra ponto ao que defende uma historiografia conservadora, buscavam perpetuar-se no poder. Os militares, enquanto liderança política prática, todavia, apresentavam divergências entre si com relação à forma como o governo deveria ser conduzido, o que pode ser ilustrado tanto pela tentativa de manutenção do golpe quanto pelas principais diretrizes da política econômica que se traduziram no chamado “Milagre Econômico”, nome dado ao repentino crescimento econômico acontecido no Brasil, no período entre 1968 e 1973, quando o Produto Interno Bruto do país elevou-se de 9,4% para 14% ao ano.

Através dos apontamentos do autor Luís Carlos Prado, torna-se possível fazer a seguinte análise do que representou tal política econômica no Brasil. Segundo o autor, o “milagre econômico” tornou-se uma peça de manutenção da propaganda da ditadura, enfatizando o argumento pró-ditadura, que com o governo militar o país conseguiu sair de forte crise econômica, pois tal fato sustentava a idéia de que após o Brasil ter passado por anos críticos desde o início da década de 1960, através da instauração do regime militar e, conseqüentemente, da adoção das medidas dessa gestão governamental, o Brasil conheceu o verdadeiro crescimento econômico.

Levando em consideração a idéia de salvação da economia do Brasil, através do “Milagre Econômico”, é importante ressaltar que, em longo prazo, as conseqüências da adoção de tal política econômica representaram prejuízos à economia do país, que entrou em um período de descontrole inflacionário, o qual jamais havia sido presenciado anteriormente. O “Milagre Econômico” agravou o quadro de má distribuição de renda, ou seja, as classes menos abastadas da sociedade civil enfrentaram com dificuldade a realidade econômica imposta a elas. O milagre, de fato, só aconteceu para as classes altas da sociedade, que conseguiram aumentar o seu padrão de vida.

Para compreender o porquê do “Milagre Econômico” tornar perceptíveis as divergências entre os militares que asseguravam o poder político do país, faz-se necessário analisar as considerações do autor Dionísio Carneiro, pois tal autor analisa o quadro econômico nacional em um momento posterior ao governo de Emílio Garrastazu Médici que deu origem ao “milagre”, ou seja, o período em análise é o pós 1974. Neste contexto, é preciso esclarecer que Médici era um representante da linha dura, desta forma, Carneiro atêm-

se à análise do governo de Ernesto Geisel, que era representante dos ditos castelistas, supostamente o grupo mais ameno dentre os militares.

O período em que se insere o governo de Ernesto Geisel é permeado por um momento de turbulência econômica externa, isto acontece em decorrência da primeira crise do petróleo em 1973, que ocorreu por conta das ofertas em situação deficitária, devido a diversos conflitos entre produtores árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP. Deste modo, o cenário econômico internacional estava defasado, neste contexto, ao presidente caberia a missão de manter os níveis de crescimento econômico do país, entretanto, considerando o cenário de crise e a importância da economia externa, não se sabia como dar continuidade ao “Milagre Econômico”.

Segundo o autor Thomas Skidmore (1989) o período em que Geisel esteve como presidente do Brasil foi o momento em que a reabertura política esteve sob constante debate, ainda que, como já foi citado, em caráter tutelado. Deste modo, a consequência do possível insucesso de Geisel frente à política do Brasil, simbolizaria o retorno da linha dura ao poder, portanto, a “semi-democracia”, apontada por Skidmore, seria impossível de acontecer. Tais considerações ressaltam dois pontos importantes, primeiro a divergências entre os grupos de militares, segundo a convergência entre os mesmos, já que ambos agiam pela manutenção do poder.

É importante ressaltar que as construções historiográficas que suavizam a complexidade da estrutura que manteve a Ditadura civil-militar vigorando no Brasil ao longo de vinte anos, negligenciam a construção de uma historiografia mais atenta aos detalhes e as motivações que fundamentaram o regime. É necessário repensar os fundamentos da Ditadura civil-militar, com a finalidade contribuir para a construção de uma memória nacional, que reconheça o quão aversivo era o protagonismo das classes trabalhistas, para as classes mais abastadas da população brasileira.

1.3. Questionamentos acerca de uma visão simplista da Ditadura civil-militar:

A segunda linha interpretativa acerca da Ditadura civil-militar que será analisada ao longo do texto, sendo esta a que me melhor se encaixa ao propósito desta pesquisa, é a que analisa o regime ditatorial de 1964 enquanto um complexo projeto classista, cuidadosamente pensado por uma elite, que, com base nas considerações de René Armand Dreifuss (1987), será denominada de elite orgânica, com a finalidade de conter os avanços da classe trabalhadora. Ou seja, sob tal ótica, o regime ditatorial tratou-se de um golpe que teve como

objetivo assegurar os interesses de uma fração de classe específica.

A análise de uma perspectiva construída em função de contestar a visão conservadora da Ditadura civil-militar, no presente trabalho, toma como ponto de partida as produções textuais do professor Demian Bezerra de Melo (2012), que em suas considerações critica a deturpação do termo *civil-militar*², que inicialmente foi utilizado nos textos de Dreifuss. Segundo Melo, o termo tem sido adotado de maneira equivocada, porque durante um longo período temporal foi utilizado para calcificar a idéia de que a população brasileira, sem o critério de explicitar a fração desta população, legitimou a instauração do golpe civil-militar.

Levando em consideração os apontamentos de Demian Melo, é importante refletir sobre como o viés conservador tem trabalhado a construção da memória herdada pelo regime civil-militar. Sob este aspecto, utiliza-se um termo tão importante quanto *civil-militar*, que ao mesmo tempo em que caracteriza uma conjuntura política, também insere ao debate a problemática de relegar aos militares a atuação exclusiva no golpe, para esvaziar e distanciar a participação da classe elitista que mais teve interesse na instauração do regime. Para ilustrar tal discussão é relevante analisar a seguinte citação:

Ao contrário do que certa historiografia tem buscado apresentar, Dreifuss não estava empenhado em apenas descrever a conspiração levada a cabo por organizações da sociedade civil em conluio com militares e o governo dos EUA, afinal isso já era conhecido e abordado em livros como os de Moniz Bandeira. Em sua tese, Dreifuss estudou a ação de uma importante organização da sociedade civil, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), construída, já no final de 1961, por setores empresariais, executivos de empresas e oficiais das forças armadas (alguns na reserva, como o general Golbery do Couto e Silva) Essa entidade, que desenvolveu uma intensa campanha de desestabilização do governo João Goulart e de construção **programa de poder**, passaria a atuar ao lado de outras já existentes (MELO, 2012, p.42).

Em análise à construção textual de Melo, é possível perceber que ao que se refere à implementação do regime ditatorial que entrou em vigor no Brasil em 1964, duas forças uniram-se em função de ascender ao poder, neste caso a elite orgânica, representada por uma elite empresarial, figurando no regime enquanto civis, foi a responsável pelo planejamento do

²Ao realizar a análise do complexo IPES/IBAD, enquanto ponto central da organização da estrutura que garantiu a implementação da Ditadura civil-militar no Brasil, René Armand Dreifuss, na obra 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe (1987), utiliza o termo civil-militar para indicar que, no que se refere à Ditadura inserida no Brasil no ano de 1964, houve participação de setores que não faziam parte das Forças Armadas, ou seja, setores civis da sociedade.

projeto ditadura, ou seja, a esta elite ficou relegada a função intelectual do golpe. Por sua vez, aos militares coube a responsabilidade do uso da força, desta forma, uniram-se planejamento e força em função da tomada de poder.

Ainda partindo das concepções de Demian Melo, outro questionamento relevante às construções historiográficas conservadoras referentes ao golpe de 64, discutindo ainda a relação entre civis e militares, relaciona-se à difusão da idéia que defende o término do “estado de exceção”. Neste contexto, a historiografia conservadora aponta que o estado de direito foi restabelecido com a revogação do Ato Institucional Nº5-AI5, ocorrido em Janeiro de 1979, e a Lei de Anistia, aprovada em 28 de Agosto de 1979.

Portanto, é possível identificar produções textuais que partiram da idéia que o golpe foi exclusivamente militar, desta forma a ditadura teria, de fato, findado no ano de 1979, quando os pedidos de habeas corpus puderam ser levados novamente à apreciação judicial e mais ainda, quando a Lei da Anistia permitiu que os exilados pelo regime voltassem ao país. Sob esta perspectiva, o último militar no poder, João Batista Figueiredo, governou em um contexto de abertura política.

Mais equivocada que a idéia que deturpa o sentido empregado por Dreifuss ao termo *civil-militar* é a interpretação que desconsidera a participação civil, potencializando a força militar, quando, na verdade, as duas partes integrantes da manutenção do regime agiam em conjunto. O problema de defender a idéia de restabelecimento do estado de direito através da Lei da Anistia de 1979, por exemplo, relaciona-se às condições em que a anistia foi promulgada no Brasil.

A lei 6.683, de 28 de Agosto e 1979, foi fruto de lutas sociais que reivindicavam medidas contra os abusos políticos e sociais acontecidos ao longo do regime ditatorial. Todavia, a Lei de Anistia representou muito mais uma tentativa, que foi obtida com sucesso, de não levar a julgamento os torturadores que exerceram a repressão através de atos violentos ao longo da regime. Em seu texto a anistia apresentou-se como ampla, geral e irrestrita, ou seja, todos os crimes e criminosos políticos foram perdoados, portanto, todos os exilados pelo regime puderam voltar ao Brasil, assim como, todos os torturadores, que assassinaram, mutilaram, estupraram, traumatizaram pessoas ficaram impunes.

Outro autor que contribui para a construção de uma perspectiva que contesta pontuações conservadoras e melhor exporta a idéia que a Ditadura civil-militar tratou-se de um projeto classista, é René Armand Dreifuss. Através das considerações de Dreifuss, somos apresentados à definição de elite orgânica, ou seja, a fração dominante da classe dominante,

que foi responsável pela elaboração do projeto Ditadura no Brasil.

No livro 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe, René Dreifuss analisa a criação de um projeto elaborado no centro do complexo IPES/IBAD - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/ Instituto Brasileiro de Ação Democrática, com finalidade de assegurar os interesses de uma fração de classe. Deste modo, René Dreifuss, através de documentos e nomes de figuras ativas na criação e nacionalização do projeto Ditadura, demonstra a importância dos cargos chave, que eram ocupados pelos ipesianos em ministérios e setores da administração do Estado, com o caráter de facilitar a implementação do golpe.

As considerações de Dreifuss evidenciam que o golpe civil-militar de 1964, não se tratou de uma simples “guerra de saliva”, como transparece em uma historiografia conservadora. O projeto deu-se como uma estrutura muito bem arquitetada, pensada de forma endêmica, isto porque, depois de consolidado e nacionalizado, foi exportado a outros países. Este projeto servia para atender as demandas da elite brasileira, principalmente, a elite empresarial brasileira.

Em análise a ambas correntes interpretativas abordadas ao longo deste texto, evidencia-se que as construções historiográficas propostas por interpretações mais conservadoras do golpe civil-militar de 1964, que argumentam que a intervenção militar no Brasil foi pensada para se tornar um modelo político temporário, necessário para conter a ameaça comunista, para salvar a política e a sociedade dos sucessivos governos populistas e que houve apoio social abrangente ao golpe, perdem forças se comparadas à análise de Dreifuss, isto porque, ao apresentar os trabalhos desenvolvidos através do complexo IPES/IBAD, ficam claras a minúcias de um projeto que nitidamente colocou-se contra qualquer avanço das classes mais populares da sociedade.

É importante ressaltar que o projeto fundamentado no interior do complexo IPES/IBAD, que se localizava no estado do Rio de Janeiro, foi nacionalizado, isso significa pensar que todos os estados da nação desenvolveram mecanismos de manutenção do golpe. Para que não houvesse estados dissidentes, precisaria haver forte comunicação entre os estados, desta maneira, estaria garantida a manutenção do regime.

Neste contexto, implica refletir a importância da repressão para a perpetuação da ditadura, sendo assim, o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, serve como um exemplo de como as Forças Armadas exerciam o seu papel frente ao regime que se instaurou através do golpe, ou seja, o uso da força como coerção massiva, contrariando qualquer

tentativa de suavização das ferramentas de consolidação e continuação do projeto.

CAPÍTULO 2 - A REFLEXÃO TEÓRICA DO GOLPE: UMA VISÃO CONCEITUAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR.

No capítulo partiremos da concepção de René Dreifuss sobre o que foi a Ditadura, ou seja, um projeto classista para obtenção de interesses específicos. A partir da análise da complexidade da estrutura do projeto, iniciaremos a discussão teórica do golpe, fundamentada nos conceitos elaborados pelo teórico italiano Antônio Gramsci. No que se refere às considerações teóricas do golpe, é de extrema relevância ressaltar três conceitos da teoria gramsciana, para ilustrar o caráter de manutenção da ditadura. O primeiro é o conceito de “Estado Ampliado”, que se refere à união de duas esferas, “sociedade civil” e “sociedade política”. O segundo se trata do “Aparelho Privado de Hegemonia”, que pode ser exemplificado através do uso das mídias. O terceiro, e mais importante para a conclusão da análise levantada por esta pesquisa, refere-se ao conceito de “Aparelho Estatal de Coerção, que nesta produção textual será exemplificada pela atuação do Departamento de Ordem Política de Social.

2.1 Da formação à nacionalização do projeto Ditadura:

A tese de doutoramento de René Armand Dreifuss, originalmente intitulada *State, class and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil (1961-1965)*, apresenta-se como um trabalho singular mediante a historiografia que contempla da Ditadura civil-militar devido ao fato de tratar-se de um trabalho que usa documentos próprios do complexo IPES/IBAD enquanto bases que sustentam as suas idéias para compreensão da estrutura montada em favor da formação e, posteriormente, da nacionalização do projeto Ditadura, entre o período que compreende os anos de 1961 a 1964. Em sua obra, Dreifuss faz apontamentos referentes à ocupação de cargos estratégicos e da doutrina desenvolvida no complexo e IPES/IBAD para garantir o sucesso do modelo de governo.

Segundo as concepções apresentadas na tese de René Dreifuss, é possível apreender que o projeto Ditadura desde a sua criação, ou seja, desde o momento em que se formou uma concepção de governo autoritário, até o momento em que o projeto é finalmente colocado em prática, observou a importância de desestruturar, através da propaganda, o mandato de João Goulart. Desde forma, os ipesianos inseridos em cargos estratégicos funcionam como a chave que fecha a política nacional. Em conformidade ao apontamento que

reconhece a importância dos cargos estratégicos analisa-se a seguinte citação:

A concepção das forças armadas agindo como um poder moderador tem sido superestimada, ao passo que o papel desempenhado pelos empresários e tecno-empresários do IPES tem sido fortemente subestimado. Um cuidadoso exame dos ocupantes das posições de poder revela que os empresários e tecno-empresários do IPES controlavam os mecanismos e processos de formulação de diretrizes e tomada de decisão no aparelho do Estado (DREIFUSS, 1987, p.418)

É importante debater acerca da distinção que Dreifuss faz com relação aos empresários e tecno-empresários. Por este motivo, é preciso esclarecer que os empresários representam a porção da população que possui maior interesse na instauração da Ditadura, por sua vez, os tecno-empresários são os empresários que, de fato, ocuparam cargos ministeriais e da administração pública, com a finalidade de facilitar a propagação do projeto. Tal organização de classe condensa idéias e motivações semelhantes. A partir desta união, é formada o que Dreifuss, sob uma perspectiva gramsciana, chama de elite orgânica.

A elite orgânica é a base para a compreensão do elo intelectual do golpe, pois muito se discute sobre a força, porém pouco se fala do cérebro da Ditadura civil-militar. Neste contexto, vamos analisar o projeto Ditadura enquanto um organismo, funcionando em favor da sobrevivência de um corpo. Neste caso, ao cérebro cabe a função de esquematizar, infiltrar e propagar o projeto que mantém esse corpo. Para que o cérebro funcione, ele precisa de informações, portanto, para compreender a importância da informação para a criação e manutenção do regime faz-se necessário apontar a importância do Serviço Federal de Informações e, principalmente, do Serviço Nacional de Informação – SNI.

O Sistema Federal de Informações - SFICI foi criado em um contexto de pós-guerra, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, com o objetivo de analisar as informações socioeconômicas e políticas que influenciavam em um plano de guerra. Esta secretaria, porém, realmente consolidou-se no governo de Juscelino Kubitschek, enquanto um órgão de inteligência, responsável por analisar informações e contrainformações organizando-as a favor de um plano industrial, econômico, político e social. A este órgão cabia somente a análise de informações e os agentes não eram levados a campo. O SFICI funcionou no país até o ano de 1964, quando foi substituído pelo SNI.

A lei nº4.341 de 13 de julho de 1964 criou o Serviço Nacional de Informações, com a finalidade de supervisionar o exercício de informações dentro e fora do Brasil. Ao SNI

caberia a função de elevar-se, segundo Dreifuss, a um centro influente de criação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar no Brasil. Sobre o SNI René Dreifuss pontua que:

Estabeleceu uma rede informações dentro dos ministérios, autarquias e órgãos administrativos do governo, bem como no movimento militar, no movimento da classe operária, no movimento estudantil e em outros segmentos escolhidos da população, transformando-se em um "superministério" intocado e intocável pelo Legislativo e pelo Judiciário e não subordinado às Forças Armadas (DREIFUSS, 1987, p.422)

Ao comparar a atuação do SFICI e do SNI, é perceptível que o Serviço Nacional de Informações, aperfeiçoou a atuação do Sistema Federal de Informações, tornando-se uma potente ferramenta de coletas de dados, que dificultava qualquer tentativa de organização contrária ao regime.

Outro aspecto que precisa ser destacado é que o SNI, ao contrário de SFICI, encaminhava agentes a campo. Deste modo, os agentes que trabalhavam no SNI se infiltravam entre os mais diversos grupos populares, com o intuito de captar informações, ou seja, é importante pontuar que a espionagem figurava como um mecanismo auxiliar a repressão. Portanto, a espionagem era o princípio de uma sequência de medidas repressoras, que visavam conter qualquer organização classista divergente da elite orgânica.

Além dos pontos levantados, faz-se necessário pontuar também que, de acordo com a análise feita por Dreifuss, o SNI não era subordinado às Forças Armadas, portanto, a responsabilidade de manter o SNI em pleno funcionamento não era necessariamente militar, dando margem à interpretação que compreende que o SNI como uma ferramenta controlada por civis, aspecto que mais uma vez questiona o protagonismo militar sobre o regime e apresenta um caráter dualístico entre as forças que se uniram em função da manutenção do regime militar.

Com base na análise que aqui se discute, o que fica claro é que o SNI era um instrumento autônomo, um órgão que tinha total liberdade para agir da forma que achasse conveniente e com o propósito de conter qualquer sina de foco do "pensamento subversivo". Seu objetivo era identificar grupos com pensamentos dissidentes ao regime e agir para reter qualquer tentativa de propagação de ideologias contrárias à doutrina do regime civil-militar, ou seja, a espionagem além de servir para informar o governo, servia também como uma investigação sociocultural em função de policiar qualquer grupo que difundisse pensamentos de esquerda.

Outro ponto importante abordado por René Dreifuss em suas considerações refere-se à Doutrina de Segurança Nacional - DSN, pois, antes de ser um modelo político, a Ditadura civil-militar é uma idéia absorvida e repassada entre os membros do complexo IPES/IBAD. Neste contexto, ressalta-se a importância da Escola Superior de Guerra - ESG, como fica explícito na seguinte citação:

Além do mais, após 1964, a ESG conseguiu doutrinar um número cada vez maior de oficiais de médio e alto escalão do Exército e a ideologia de Segurança Nacional permeou tanto as Forças Armadas quanto o governo, moldando as suas atitudes em relação a um modelo sócio - econômico e político alternativo e às classes operárias (DREIFUSS, 1987, p.418)

Com esta afirmação de Dreifuss é possível pensar os seguintes aspectos que envolvem a relevância, em função da manutenção do regime, de doutrinar, ou seja, de ensinar um pensamento, como no caso da Doutrina de Segurança Nacional – DSN que se referiu ao principal produto da Escola Superior de Guerra. Consistiu em mapear os inimigos internos, ou seja, aqueles que contribuiriam para a derrocada do país, fundamentados na idéia da necessidade de salvar a pátria. Neste contexto, eram considerados inimigos do país aqueles que se posicionavam a favor do comunismo, que nesta conjuntura política estava associado à idéia de terrorismo, de obstrução moral e de perda de valores. Portanto, é possível afirmar que a Doutrina de Segurança Nacional se tratou de um mecanismo para identificar e eliminar aqueles que eram considerados ameaças ao modelo governamental que estava em vigor.

O primeiro aspecto que deve ser levado em consideração se deu pela importância de garantir que a Doutrina de Segurança Nacional fosse legitimada, para isso foi preciso ter um elevado contingente de pessoas compartilhando do mesmo pensamento, ou seja, convencidas que o comunismo era uma ameaça, entretanto, distribuídas em ocupações diferentes, isto justifica o elevado número de formados pela Escola Superior de Guerra, ocupando cargos nas Forças Armadas e no governo.

O segundo aspecto a ser analisado refere-se ao fato da ESG desenvolver o seu exercício em função de moldar atitudes que sejam percebidas socialmente, em detrimento das classes trabalhadoras. Isso significa refletir que no núcleo de toda essa construção opressora está presente um forte sentimento separatista, assinalado por parte das elites, ou seja, é perceptível que a construção de um cenário que corrompe qualquer tentativa de questionar desigualdades, relacionando aquele que questiona à figura de um subversivo, ou ainda pior,

terrorista, como uma forma de deixar nas entrelinhas, que existem classes que importam e outras nem tanto, que as pessoas ocupam determinados lugares sociais e devem assim permanecer.

Essa idéia elitista de diferenciação social através da classe pode ser observada no contexto educacional, pois membros do complexo IPES/IBAD também estavam inseridos em cargos referentes à cultura e educação, e sob esta nova gestão houve uma reformulação curricular. Em consequência disto, observa-se a criação de sistema educacional voltado para o controle social e político. Desta forma, adotou-se uma política de ensino voltada para a educação superior, em detrimento da educação popular³, com ênfase maior em instituições privadas, em vez de públicas.

Tais medidas exportam a idéia de assegurar Ensino Superior de qualidade e, conseqüentemente, melhores cargos de trabalho a uma parte da população brasileira, neste contexto, conseguiria formar-se em boas universidades, públicas e privadas, aqueles que possuíssem recursos financeiros para isto. O que configurou uma excelente manobra para assegurar que o cenário econômico do país não atingisse um nível igualitário, já que os índices de desigualdades perduraram e a renda continuou concentrada nas mãos de poucos.

Além disto, durante o regime civil-militar, a concepção de educação transforma-se profundamente, passa a ser enxergada como capital humano, ou seja, se devidamente investida pode render lucros. Sob esse aspecto, só seria válido investir na educação se ela preparasse indivíduos para o trabalho, desta forma as perspectivas culturais inseridas na educação foram descartadas. A consequência disto é uma educação instrumentalizada para o trabalho, em que os investimentos são realizados com o intuito de prover mão de obra.

A campanha que teve início em 1961, com a propaganda que desestabilizou o governo de João Goulart e contribuiu para o seu afastamento do cargo de presidente do Brasil no ano 1964, pode ser compreendida como um empreendimento de sucesso, o que era motivo de orgulho entre seus mentores. Dadas essas circunstâncias, o projeto triunfante deveria ser apresentado internacionalmente, como pontua René Dreifuss na seguinte citação:

No cenário internacional, o IPES desempenhava um papel apologético do regime, tanto a nível privado quanto a nível público. Um passo fundamental dado pelos líderes do IPES para a consolidação dos elos internacionais, entre várias corporações multinacionais e organizações

³ Tomando como base as considerações de Paulo Freire, se torna possível compreender que educação popular se refere a um método de ensino que leva em consideração o contexto social em que se insere um indivíduo, valorizando as suas experiências em sociedade, para motivar a educação. Desta forma, os indivíduos oprimidos, ou seja, aqueles que estão distantes de exercer a sua cidadania e dos bens de consumo, se tornam, através deste método, suficientemente empoderados para aprender e lutar por transformações sociais.

semelhantes ao IPES ocorreu em 1964. Logo após o golpe, uma delegação de líderes ipesianos viajou para os Estados Unidos, "afim de negociar com empresários do país e de explicar a eles, bem como, à opinião americana, o que era na realidade a Revolução Brasileira (DREIFUSS, 1987, p.452).

A citação de Dreifuss evidencia uma elite muito bem articulada, que se organizou em função de garantir os seus interesses criando consenso entre a população brasileira, que em sua maioria estava distante de conhecer como de fato organizava-se o regime ditatorial. Desta forma, foram vinte anos vivendo sob a alienação e a coerção, articulada pela elite orgânica inserida no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Aplicada, através do uso da força, pelas Forças Armadas.

A participação das Forças Armadas foi uma característica que durante muito tempo chamou mais atenção e relegou protagonismo no golpe de 64 aos militares. Sem dúvidas a Ditadura foi militar. O golpe, todavia, foi civil, mais especificamente, empresarial.

2.2. A concepção teórica da Ditadura civil-militar:

Para discutir os fundamentos teóricos que permeiam a Ditadura civil-militar usaremos as concepções de Antônio Gramsci, teórico italiano que amadureceu suas idéias através, primeiro do Partido Socialista Italiano - PSI e, posteriormente, no Partido Comunista da Itália - PCI. Com relação as suas experiências em partidos políticos, é preciso assinalar que a experiência fracassada de Gramsci no PSI, serviu para que o teórico percebesse as questões que mais tarde serviriam como o ponto alto de duas considerações, principalmente ao que se refere às idéias de pensamento hegemônico e de consciência de classe, com a finalidade de atingir um objetivo classista.

As divergências entre os partidos de esquerda da Itália apresentaram a Gramsci um cenário de partidos que, em teoria, deveriam juntar-se em função de um bem comum aos dois. Foi então que Gramsci percebeu que a consciência de classe dá-se em função da união entre os partidários que partem de um mesmo objetivo, tirando a luta da imobilidade. Neste contexto, Gramsci começa a amadurecer a teoria de hegemonia, ou seja, de como a demanda de uma classe dirigente torna-se uma demanda nacional.

O ápice das idéias gramscianas, ou seja, o ponto em que as concepções de Antônio Gramsci finalmente amadurecem, referem-se aos Cadernos do Cárcere (1926-1937), obra que norteia essa discussão teórica e que foram manuscritos por Gramsci no período em que era

prisioneiro do Regime Fascista de Mussolini.

Através dos Cadernos do Cárcere seremos apresentados a conceitos que contribuirão para a compreensão ontológica do que foi a Ditadura civil-militar, ou seja, partindo de uma idéia hegeliana de ontologia enquanto o estudo ser analisaremos o que foi o regime ditatorial associando tal conjuntura política a conceitos explicativos como: a) A teoria de Estado Ampliado; b) Aparelhos Privados de Hegemonia; c) Aparelho Estatal de Coerção.

a) A teoria de Estado Ampliado

Sob o pensamento de Antônio Gramsci, o Estado Ampliado refere-se à união entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, na ampliação dos espaços de luta de classe. Portanto, a sociedade civil, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (sistema escolar, meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos, sistema jurídico, igreja, movimentos sociais, entre outros) se constitui enquanto um espaço de disputa pela hegemonia.

Deste modo, existe a necessidade de pensar as esferas econômicas em conjunto as esferas culturais e políticas. Para compreender melhor o conceito de sociedade civil, é preciso entender que, sob a perspectiva gramsciana, a sociedade civil encaixa-se na superestrutura, não na estrutura como pontuou Karl Marx. Todavia, considerando a análise da obra gramsciana construída pelo autor Carlos Nelson Coutinho (1989), o fato do conceito de *sociedade civil* em Gramsci está relacionado à superestrutura, não anula as considerações marxistas, mas as ampliam. Portanto, ainda que a sociedade civil, para Antônio Gramsci, seja analisada através da política e não da economia, a análise econômica ainda se configura como a base para compreender os processos históricos. Tal como Carlos Nelson Coutinho explica na seguinte citação.

O conceito de “sociedade civil” é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista de *Estado*. E se é verdade, como vimos, que esse enriquecimento motiva à uma concretização dialética na questão do modo pelo qual a base econômica determina as superestruturas (ou seja, essa determinação é mais complexa e mediatizada onde a sociedade civil é mais forte), isso não anula, de modo algum, como vimos também, a aceitação gramsciana do princípio básico do materialismo histórico. (COUTINHO, 1989, p.74)

Aproximando a idéia de sociedade civil e formação de pensamento hegemônico da Ditadura civil-militar de 1964, é possível perceber que o complexo IPES/IBAD é um aparelho da sociedade civil, que se organizou para tornar um pensamento de uma fração de

classe hegemônico. A hegemonia do projeto ditadura acontece, quando a elite orgânica inserida no complexo toma a consciência de classe, ocorrendo, o que para Gramsci chama-se de momento catártico. Ou seja, a catarse acontece quando um grupo toma consciência de classe, passando a se enxergar como uma classe dirigente, então a hegemonia do pensamento classista ocorre quando as demandas da classe dirigente tornam-se as demandas da classe nacional.

b) Aparelhos privados de Hegemonia:

É possível compreender que aparelhos privados de hegemonia referem-se às entidades que propagam uma idéia até que ela se torne a opinião da maioria, e desta forma legitime-se. Levando em consideração a imprensa atuante no Brasil, anteriormente ao golpe de 1964 e durante o regime ditatorial, esta se configura como um aparelho privado de hegemonia, pois é perceptível que, no que se refere à este regime autoritário, a imprensa brasileira prontificou-se em ajudar a construir opinião pautada em uma demanda de classe, afinal, como já foi mencionado neste trabalho, foi através da propaganda que o governo João Goulart foi desestabilizado.

Portanto, torna-se possível afirmar que, com relação ao regime ditatorial que se iniciou no Brasil no ano de 1964, a imprensa assumiu o papel de aparelho de privado de hegemonia, pois em tal momento histórico e político, as mídias foram utilizadas para a construção de uma opinião, que traduzia os interesses de uma fração de classe, ou seja, através dos meios midiáticos a idéia da elite orgânica foi propagada até virar consenso.

É importante ressaltar que aos aparelhos privados de hegemonia cabe a formação de opiniões, nesse sentido a força não é utilizada. No caso, a imprensa funcionava como uma forma de doutrinar pessoas, para que elas se sentissem representadas por uma idéia, não eram utilizados mecanismos coercitivos, ao que se refere ao aparelho privado de hegemonia, as pessoas são convencidas e não forçadas.

c) Aparelho estatal de coerção:

Em análise aos itens descritos anteriormente chegamos ao conceito mais importante no que se refere à idéia que será discutida no capítulo consecutivo e que, por sua vez, justifica a criação do presente trabalho. Aqui se explica o conceito de Aparelho Estatal de

Coerção. Retomando o pensamento de Antônio Gramsci descrito mais acima, a consolidação da hegemonia dá-se quando determinada fração de classe consegue construir ou mobilizar a opinião pública em função de um interesse da classe. É possível a classe dirigente mobilizar o público através dos aparelhos privados de hegemonia. Desta forma, a classe dirigente constrói consenso, ou seja, consegue difundir um interesse particular a ponto de fazê-lo tornar-se uma demanda da classe nacional.

Quando se cria consenso, não se usa a força, o que acontece é que o grupo dominante consegue exercer o seu domínio diretamente, o que Gramsci chama de consenso espontâneo. Porém, existem determinados grupos que não adotam a opinião da classe dirigente, então a classe dominante precisará adotar métodos coercitivos para impor a sua idéia. Desta forma, os aparelhos coercitivos do estado são os mecanismos encontrados pela classe dirigente para impor seu interesse, construindo hegemonia através destes dois mecanismos, seja por consenso ou por coerção.

No que se refere ao regime civil-militar que se iniciou em 1964, o Departamento de Ordem Política e Social, pode ser descrito como um “Aparelho Estatal de Coerção”, isto porque ao DOPS, em uma análise de sua atuação em um contexto mais amplo referente ao regime que vigorou em todo o país, cabia a função de reprimir, através do uso da força, qualquer traço de dissidência a ideologia pregada durante o regime ditatorial. Os Departamentos de Ordem Política e Social espalhados pelo Brasil buscavam garantir a ordem, ou seja, o DOPS não tinha como função a proteção dos cidadãos, a sua função era exclusivamente reprimir qualquer indivíduo que se colocasse contra o regime, fosse este indivíduo civil ou militar.

CAPÍTULO 3 - REPRESSÃO E ORDEM - UMA ANÁLISE DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO MARANHÃO

Apresenta-se aqui o capítulo que encerra esta produção textual, com o objetivo de analisar a atuação do Departamento de Ordem Política e Social do estado Maranhão. Através dos documentos localizados no Arquivo Público do Estado, retornaremos a refletir sobre os mecanismos de manutenção da Ditadura, desta vez em um contexto estadual. Os documentos do DOPS estão organizados em séries, sendo estas: Subversão; Estudantes; Ministérios; Entidades Religiosas; Atividades Políticas; Documentos Diversos; Sindicatos; Documentos Expedidos; Documentos Recebidos; Atestado de Ideologia; Recortes de Jornais e Documentos Avulsos. Ao longo deste texto analisaremos documentos referentes às séries Subversão; Atividades Políticas; Docs. Expedidos e Recebidos; Atestado de Ideologia.

3.1. Apresentação geral do Departamento de Ordem Política e Social:

O Departamento de Ordem Política e Social existe no Brasil desde o ano de 1924, quando, em um primeiro momento estava sob a responsabilidade dos governos estaduais, por este motivo chamava-se de Departamento Estadual de Ordem Política Social. No ano 1930, quando se instaurou o Estado Novo, o DOPS tornou-se o centro de repressão da ditadura estado-novista, com práticas semelhantes às da ditadura de 1964. Neste cenário político, o DOPS funcionava como sigla para a Delegacia de Ordem Política de Social.

Com o fim do Estado Novo, o DOPS retoma o papel de destaque no que se refere a repressão, somente em 1964, quando instaura-se a Ditadura civil-militar no Brasil, passando a denominar-se de Departamento de Ordem Política e Social. Porém, como será observado mais adiante, o nome Delegacia de Ordem Política e Social permanece no título das documentações, mesmo no pós 1964.

Desde a sua criação, a função do Departamento de Ordem Política e Social sempre esteve relacionada à repressão de insurgentes, ou seja, de pessoas que de alguma forma não atendiam aos padrões ideológicos exigidos pela gestão governamental em vigor.

Em sua gênese, o DOPS exercia controle social tentando organizar as ruas dos chamados vadios, o que se tornou perceptível, ao longo dos estudos levantados para a conclusão desta pesquisa, é que por anos buscou-se um padrão social no Brasil, esta busca na maioria das vezes, ou todas às vezes, tinha como ponto de partida atender os anseios das

classes mais altas da sociedade, o que ajudou legitimar o caráter “higienizador” do DOPS.

3.2. A organização de séries documentais do DOPS/MA:

Considerando o que foi mencionado na apresentação deste capítulo, dentre as séries documentais organizadas pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão, na presente construção analítica documental serão utilizadas as séries documentais de Subversão; Atividades Políticas; Documentos Expedidos e Recebidos; Atestado de Ideologia, que remontam a década de 1970, com finalidade de analisar o caráter repressor do aparelho estatal de coerção, que através do uso da força, tenta criar e dar continuidade a consolidação de um pensamento hegemônico, quando há falha nos métodos que criam “consenso espontâneo”.

Tomando como base o instrumento de pesquisa disponibilizado pelo arquivo Público, as séries trabalhadas ao longo deste capítulo organizam-se da seguinte forma. A série que trata sobre *Subversão* está organizada em documentos agrupados em 391 dossiês, que remontam os anos de 1966 à 1985, que são identificados pelo número 7, pois o Arquivo Público resolveu manter a organização original do Departamento de Ordem Política e Social.

Os documentos encontrados nos arquivos que tratam de subversão são provenientes do DOPS-MA, do Ministério do Exército, Polícia Militar do Estado do Maranhão, Secretarias de Segurança Pública do Estado do Maranhão e outros Estados, Serviço Nacional de Informações – SNI, Polícia Federal, Ministério da Marinha entre outros órgãos militares e administrativos do governo. Na série subversão encontram-se documentos referentes às fichas de subversivos procurados pelo estado, documentos de DOPS de outros estados com pedidos de busca e apreensão, dentre outros documentos que reforçam a organização com que o DOPS combatia qualquer foco de dissidência ao governo.

A organização da série *Atividades Políticas*, dá-se da seguinte forma, são 85 dossiês, que remontam os anos entre 1972 e 1990, ou seja, é possível observar traços da atuação do DOPS que são posteriores ao fim do regime civil-militar, que possui término datado em 1985. Os documentos desta série procedem do DOPS-MA, de Câmaras, Prefeituras Municipais e Delegacias de Polícia do Maranhão, do SNI, da Capitania dos Portos do Maranhão e da Polícia Militar.

Os documentos da sessão de *Atividades Políticas* voltam-se à investigação de partidos políticos, assim como de informações sobre candidatos a cargos políticos, irregularidades administrativas, agitações políticas, denúncias, problemas de terras, eleições, disputas eleitorais, movimentos de trabalhadores e de estudantes, atividades de entidades

religiosas, críticas ao governo e organizações das oposições ao mesmo. É interessante observar que criticar o governo era visto como uma atividade política com investigação justificável, o que caracteriza a censura de qualquer opinião pessoal negativa que se tivesse ter do regime civil-militar.

A série de *Documentos Expedidos* organiza-se em 79 dossiês, que se referem aos anos de 1972 à 1990, estão classificados sob o código 13, de ordem original do DOPS/MA. Os documentos expedidos do Departamento de Ordem Política e Social referem-se a documentos produzidos pelo próprio departamento, contendo informações, relatórios de sindicâncias, mandados de prisão, relação de elementos subversivos, atestados e certidões, memorandos, ofícios, inquéritos policiais, relação de procurados, solicitações de informações e radiogramas.

Os documentos expedidos pelo DOPS abordam assuntos referentes aos militantes de movimentos subversivos, crimes, encontros estudantis, atividades políticas, dentre outros assuntos, que demonstram a atuação do departamento em comunicação articulada entre os DOPS de diversos estados. O que acontece é que os documentos expedidos, levam informações de pessoas investigadas em outros estados, assim como, os ofícios que são enviados em sentido de solicitar informações sobre pessoas investigadas no estado do Maranhão, o que descreve o uso e a importância das informações para a manutenção do regime, como já foi discutido em capítulo anterior.

A organização da série de *Documentos Recebidos* se dá através de 82 duas pastas, que compreendem os anos de 1970 a 1990, sob o código classificativo 14, seguindo a ordem original do DOPS. Os documentos recebidos pelo Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão provêm da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão e de outros estados, da Fundação Universitária do Maranhão, da Polícia Militar do Maranhão, das DOPS de outros estados da Federação, da Assessoria do Serviço de Imprensa – ASI, da Justiça Federal, dos Diretórios Regionais de Partidos Políticos.

Dentre os documentos recebidos pelo DOPS, podem ser lidas fichas de pedidos de busca e informações, telegramas, radiogramas, ofícios, solicitações de informações, memorandos, recibos de documentos sigilosos, relatórios, fichas de identificação e qualificação, encaminhamentos. Os documentos desta série também tratam de trocas de informações, entretanto, as informações associadas a esta sessão são as que compõem as investigações desenvolvidas no estado do Maranhão. São informações sobre subversivos que possivelmente possuem fichas em outros estados, pedidos de busca de pessoas e instituições.

A última série analisada neste capítulo refere-se à série de *Atestados de Ideologia*. Os documentos desta sessão estão organizados em 91 pastas, com datas referentes aos anos de 1970 a 1992, fato este que chama atenção, pois os atestados de ideologia são documentos expedidos pelo DOPS, que funcionam como atestados de boa conduta política, ou seja, são a prova que o indivíduo precisa para atestar não ser comunista, que no caso do regime ditatorial significa ter um posicionamento de esquerda, e foram expedidos pelo departamento até sete anos após o término do regime civil-militar.

Os atestados de ideologia eram emitidos para fins comprobatórios em órgãos públicos ou privados, para adentrar na carreira militar, para que as pessoas pudessem realizar viagens, para admissão em empregos, em suma, os atestados de ideologia tinham a mesma finalidade que os atestados de antecedentes criminais.

3.3. Análise documental acerca do funcionamento do DOPS/MA:

A primeira⁴ amostra documental refere-se à série *Subversão*, nela observa-se a ficha de Carlos Minc Baumfeld⁵. Trata-se de um documento que assinala a seguinte anotação:

“Boletim do M.J., terroristas banidos pelo decreto nº66.716 de 15 de junho de 1970. No correr dos anos de 1971 e 1972 chegou ao Chile procedente da Argélia, banido ou refugiado brasileiro. Encaminhamento Nº 186/72/SI/DPF/MA. (Dossiê 19; Cx.01- Est.01-Prat.01)

A ficha de Carlos Minc, exemplifica o que foi abordado ao longo desta produção textual, a repressão através do uso da força e a contenção do surgimento de correntes ideológicas contrárias ao regime. Pessoas que atuavam contra a Ditadura, como Minc, eram classificadas como subversivos inimigos do Estado, Carlos Minc recebeu a classificação de terrorista, e, conseqüentemente, foi banido do país, por ter sido atuante no movimento de esquerda como guerrilheiro, sua ficha o classifica enquanto “terrorista banido”, seguindo o decreto publicado no diário oficial de união em 15 de junho de 1970.

O dossiê 19, de onde foi retirada a ficha de Carlos Minc, contém outras páginas que refletem o caráter autoritário do regime, isto porque, o referido dossiê conta com outras

⁴ Para analisar o documento retirado do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, veja o anexo 01.

⁵ Carlos Minc é economista e escritor, com vários livros sobre meio ambiente publicados. Recebeu o prêmio Global 500, no ano de 1989, pela ONU- Organização das Nações Unidas, destacando o seu engajamento por questões relacionadas ao meio ambiente. No que se refere à participação política, Minc é Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro e em 2008 assumiu o cargo de Ministro do Meio Ambiente, a convite do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cargo que exerceu até o ano de 2010.

fichas que remontam a assuntos como: espionagem, terrorismo, partidos de esquerda, congresso da UNE – União Nacional de Estudantes, Ação popular Marxista-Leninista e inteligência de esquerda no Brasil, ao todo são trinta e duas fichas que refletem o estado de exceção.

A partir desta documentação faz-se necessário atentar ao que significa possuir o nome em uma das fichas do dossiê. Seguindo a idéia de consenso espontâneo e coerção, como discutido no capítulo anterior, ser subversivo, significa ter um pensamento difere ao pensamento padrão, que se traduz em perseguição política, exílio, torturas etc.

A segunda amostra⁶ documental refere-se a série de *Atividades Políticas*, a partir deste documento demonstra-se como as relações políticas eram pouco cordiais, tornando justificável o uso da violência em função da defesa de uma idéia, muito embora, esse desequilíbrio seja reflexo do aprendizado obtido através do contexto político em questão. Sobre a fonte que aqui apresenta-se e analisa-se, é possível concluir que se trata de uma investigação confidencial do DOPS, com a finalidade de averiguar a conduta do prefeito de Timon, Napoleão Guimarães, da Aliança Renovadora Nacional – ARENA acusado de agredir um delegado do Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Outro ponto que deve ser levantado em consideração é o bipartidarismo⁷ característico do regime civil militar.

Outra fonte retirada da série documental das Atividades⁸ Políticas, que pode ser utilizada para ilustrar a atuação do Departamento de Ordem Política e Social, no que se refere a espionagem, ou a importância que os militares davam para a coleta de informações sobre pessoas investigadas, é o ofício tratando de movimento político. Deste modo, a redação do ofício em questão, é construída semelhante a uma agenda, que contém informações sobre as atividades e os horários destas atividades. A partir de tal análise é possível compreender que a coleta de dados e como a redação é, pretende construir um laudo atestando bons comportamentos aos ex-deputados, que tiveram seus mandatos cassados.

Outra série documental abordada neste capítulo refere-se a série de *Documentos Expedidos*, em análise a documentação que chega e sai do DOPS, antes de exemplificar, é importante esclarecer que, cada estado da federação possuía o próprio departamento, com suas respectivas características, todavia, os DOPS tinham um ponto de convergência comum a

⁶ Verificar os documentos nos anexos 02 e 03.

⁷ O bipartidarismo foi decretado no Brasil pelo Ato Institucional Nº 2- AI 2, em 1965, após um ano de golpe civil-militar. O AI 2 colaborou para o fechamento de todos os partidos políticos existentes no Brasil, permitindo a criação de apenas dois partidos a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

⁸ Conferir o anexo de número 04.

todos os Departamentos do país, refiro-me a articulação e a precisão em trocar informações. Os documentos que aqui se apresentam expõem bem isso, como eles são ricos em detalhes que poderiam passar despercebidos, mas que aos militares eram caros e precisavam estar sob vigilância.

Desta forma, analisa-se ofício 36/SI/SSP/⁹ DOPS-MA de 1978, referente a transmissão de Informação de atividade do Movimento Democrático Brasileiro - MDB e a Imprensa Local. O texto refere-se ao comício, que contou com a apresentação do poeta Thiago de Melo, organizado em favor da campanha de Haroldo Sabóia, que segundo a citação a seguir, mostrou-se um lugar permeado de “comunistas”, a exemplo disto estava participando do comício a médica e professora Maria Aragão¹⁰:

“19 – Calcula-se que a participação de comício foi de aproximadamente 500 pessoas e os indivíduos conhecidamente como comunistas participaram efetivamente, como foi o caso de Maria Aragão.

20 – Convém ressaltar que, tanto nas declarações à imprensa como na concentração citada no item anterior, a DOPS foi o principal alvo de insultos. No comício, por exemplo, havia couro de comunista que ofendiam moralmente o delegado da DOPS, (Dossiê 11, Cx.103, Est.05 Prat.04 p.2)

O documento de informação que aqui se apresenta pode ser utilizado para questionar como a idéia de comunismo no período que compreendeu o regime civil-militar, estava esvaziada, pois para o Governo e partidários do regime, comunista era quem questionava o regime ou discordava do modelo político pelo qual o Brasil passava, em suma, na concepção governista, comunista era aquele que se mostrava em desacordo com a ideologia difundida durante o regime autoritário instaurado, tornando-se comunista aquele que não aceita o regime. Como fica exposto no documento, parte-se da idéia que havia quantidade considerável de comunistas no Comício, porque um grupo de pessoas insultou o delegado do DOPS/MA, que neste contexto está associado à uma imagem de ordem e, portanto, deve ser respeitado sob qualquer circunstância.

Prosseguindo com análise de trocas articuladas de informações, entre o DOPS/MA e outros órgãos, em função de manter o regime, através da preservação da

⁹ Conferir o anexo número 05.

¹⁰ Maria José Camargo Aragão nasceu em 10 de fevereiro de 1910, em São Luís/MA. Enfrentou a pobreza e o preconceito, para se tornar médica, cuja graduação obteve pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi através da medicina que Maria Aragão se interessou pelos movimentos sociais e por sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária, tornou-se uma figura emblemática no que se refere ao movimento popular no Maranhão. Maria Aragão foi líder do Partido Comunista do Brasil no estado do Maranhão e diretora do jornal A tribuna do povo, por este motivo sofreu perseguições políticas no durante a ditadura.

ideologia e da contenção social, neste ponto do presente texto, será desenvolvida a reflexão sobre a série de *Documentos recebidos* no Departamento de Ordem Política e Social. Tais documentos, em suma, referem-se às solicitações de diversos órgãos, sendo a maioria delas as que buscam por antecedentes, com a finalidade de autorizar concessão de empregos ou de admissão em cargos públicos.

A exemplo disto é possível analisar o pedido de busca N°28/78/DI/CIPO/SEJ¹¹ referente à solicitação de informações sobre Valdine Souza Carvalho, para que o referido senhor assumira o cargo de agente penitenciário. No referido ofício consta a seguinte anotação:

“2-Dados solicitados: O que constar neste órgão que contra-indique a nomeação do epigrafoado para o cargo mencionado.” (Dossiê 11; Cx. 111; Est. O5 Prat.07)

Através da citação torna-se perceptível que não havia determinado critério no que se referiam as informações do aprovado no concurso. Nesse contexto, uma contra-indicação poderia ser o posicionamento político do candidato. No que se refere ao regime ditatorial, para assumir algum cargo público você não poderia representar uma ameaça à ideologia do regime.

No sentido de atestar boa conduta ideológica é que se interpreta a última série documental abordada neste capítulo, tratam-se dos *Atestados de Ideologia Política*. Tal série documental chama atenção por referir-se a ideologia, algo que não é tão palpável e, de certa forma, maniqueísta, no que refere ao golpe civil-militar de 1964. Isto porque, ao longo do regime, a ideologia colocou os sujeitos em seus lugares sociais, por exemplo, quem identificava-se ideologicamente com a esquerda, era considerado um inimigo político, um terrorista, ou seja, alguém socialmente dispensável. Por sua vez, os indivíduos que aceitavam ou concordavam com o golpe de 64, eram aceitos em empregos, conseguiam viver com certa tranquilidade, ou seja, alguém socialmente aceito.

Os Atestados de Ideologia Política concedidos pelos DOPS-MA serviam para assegurar a participação social dos indivíduos. Tomando como exemplo o Dossiê 03, localizado através da referência Cx.119-Est.06-Prat.03¹², em que lê-se que o senhor Artidônio Dantas Prado não registra antecedentes no setor de arquivo dessa DOPS, é possível fazer uma comparação com as certidões negativas para antecedentes criminais, ou seja, em tal

¹¹ Ver documento em anexo 07

¹² Ver documento em anexo 08.

conjuntura política a ideologia à que as pessoas se identificassem, talvez as relegaria à ilegalidade, como já foi dito. O mais interessante é perceber que essa construção social negativa acerca do pensamento de esquerda e do comunismo consegue se perpetuar socialmente até anos depois do final da Ditadura civil-militar, o que se reflete nas atividades no DOPS/MA, que continua emitindo Atestados de Ideologia até 1992, sete anos após o final do regime.

Outro aspecto que pode ser levado em consideração, quando se discute a continuidade de idéias defendidas e difundidas pelo regime, se refere sobre quão arraigada socialmente se encontra a associação entre pensamento de esquerda e prejuízos sociais, isto porque ainda hoje existem grupos que defendem as mesmas idéias autoritárias implantadas no Brasil de 1964, e clamam pelo retorno da Ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar sobre o tema Ditadura civil-militar não é tarefa fácil, muito disso tem a ver com as memórias construídas acerca do golpe de 1964, sejam elas as que nos entristecem, pela crueldade, ou as que nos chocam, pela tolice. Todavia, é sempre muito importante debater sobre o regime ditatorial implementado no Brasil no ano de 1964, pois como sabiamente afirma Edmund Burke: “O povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”, e se tratando do golpe de 1964, seria uma condenação terrível.

Ao longo dos capítulos que apresentei, busquei discutir a respeito da ação, o modo de funcionamento, do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão. Tomando como base a idéia de o que DOPS/MA representou em práticas o que Antônio Gramsci definiu por Aparelho Estatal de Coerção. Para conseguir transpor tal idéia, usei de abrangente historiografia para ilustrar como as interpretações acerca do golpe de 1964 podem ser distintas, porém elas têm algo em comum, ao reconhecerem o papel da coerção.

Ainda ao que se refere à historiografia, este trabalho buscou refletir sobre o quão importante é analisar ambas as correntes interpretativas do golpe e, conseqüentemente, do regime que se instaurou a partir deste, isto porque é necessário esclarecer que a estrutura que sustentou o golpe e perpetuou um regime autoritário, organizou-se de maneira complexa e com sucesso atingiu o objetivo de assegurar demandas classistas.

Outro aspecto importante abordado ao longo deste texto foi o de tentar ilustrar qual o papel da coerção para a manutenção do regime, e concluímos que foi fundamental, porque a propaganda foi um recurso não deu conta de sozinha criar consenso, voluntário nesse caso. A coerção foi fundamental no que referiu a controlar socialmente os indivíduos, ação que obteve sucesso, se levarmos em conta que o regime vigorou no Brasil por vinte anos.

Adotando o que se discutiu ao longo deste trabalho sobre a coerção analisada através da teoria gramsciana, foi possível estabelecer vínculos entre conceitos e mecanismos práticos adotados pelo regime civil-militar para a sua consolidação de manutenção. Desta forma, foram abordados conceitos como: *Estado Ampliado*, para debater a importância da organização da sociedade civil, no sentido de organizar-se enquanto classe e criar consenso; *Aparelhos Privados de Hegemonia*, no que se refere à análise da criação de consenso através de aparatos midiáticos, que, primeiramente, desestabilizaram o governo de João Goulart, e, posteriormente, trabalharam em função de manter a continuidade regime e por fim, o conceito chave para entender o funcionamento do DOPS/MA, assim como os outros DOPS espalhados pelo Brasil, o conceito de Aparelho Estatal de Coerção, que nesta pesquisa se referiu à

compreensão do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão, enquanto um mecanismo higienizador social, responsável por assegurar que a ideologia de um regime autoritário continuasse em vigor, reprimindo ativamente qualquer opositor ou questionador do regime.

Além disto, é fundamental pensar na herança da Ditadura, com relação à construção de uma memória, analisando o que foi discutido neste trabalho de conclusão de curso, é possível perceber que o consenso e a coerção formaram um conjunto que funcionou bem. Levando em consideração ao término da Ditadura civil-militar o DOPS/MA prosseguiu com suas atividades até 1992, além disto, é notório que as concepções sobre esquerda, propagadas em 1964, perduram até os dias atuais.

O trabalho que aqui se encerra, buscou apoderar-se de teoria e historiografia, para explicar um importante mecanismo de manutenção de Ditadura civil-militar de 1964, por fim, conclui-se que a Ditadura em sua essência trata-se de um projeto classista, que não conseguiu efetivar hegemonia através do consenso espontâneo, portanto precisou da força, para garantir o interesses classistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTERNATIVO: DOPS- Inventário Analítico das séries. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1992,p.295-322.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo do seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe,** Rio de Janeiro; Vozes, 1987

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge Delgado, Lucília Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.301-342.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 345-404.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIR, jorge: DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização B

rasileira, 2003 p. 167-205

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p.13-67.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Carcère, volume 1.** Civilização Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Carcere, volume 2.** Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho. 7ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARAN, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: FGV, 1991, p.100-121

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os desafios do tempo Presente.** Espaço Plural. AnoXIII. Nº27. 2ª Semestre 2012, p.39-53.

MELO, Hildete; **BASTOS**, Carlos; **ARAÚJO**, Victor. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.79-106.

MENDONÇA, Sônia. **Estado e Economia no Brasil:** Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PRADO, Luís Carlos; **SÁ EARP**, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge, Lília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.207-241.

REIS, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge. **O Populismo e a sua História: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2001, p.319-377.

SKIDEMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

ANEXOS

01. SUBVERSÃO: (Dossiê 19, Cx.01-Est.01 Prat.01)

D. O. P. S. - MA.

NOME	=	CARLOS MINC BAUMFELD	Nº 6
PAI	=	LUIS BAUMFELD	
MÃE	=	FANNY BAUMFELD	
RESIDÊNCIA			
NACIONALIDADE	=	BRASILEIRA	NATURALIDADE = GUANABARA
IDADE		DATA = 19/07/1951	PROFISSAO
ESTADO CIVIL.			

ANOTAÇÕES: Boletim do M.J., terroristas banidos pelo Decreto nº 66.716 de 15 de junho de 1970. No correr dos anos de 1971 e 1972 chegaram ao Chile procedente da Argélia, banido ou refugiado brasileiro.
Encaminhamento nº 186/72/SI/DPF/M.

Pasta 19. cod. 07 p 23

02. ATIVIDADES POLÍTICAS: (Dossiê 41 Cx.76 Est.04 Prat.02 p.1)

CONFIDENCIAL

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE FORTALEZA

PEDIDO DE BUSCA Nº 212 /115/AFZ/76

DATA : 29 JUN 1976

ASSUNTO : PREFEITO DE TIMON/MA
- NAPOLEAO GUIMARÃES

DIFUSÃO : SSP/MA

ANEXO : Cópia de recorte do Jornal "O DIA", de 11 MAI '76

1. DADOS CONHECIDOS
Os constantes do recorte anexo.

2. DADOS SOLICITADOS

a. Veracidade do fato.

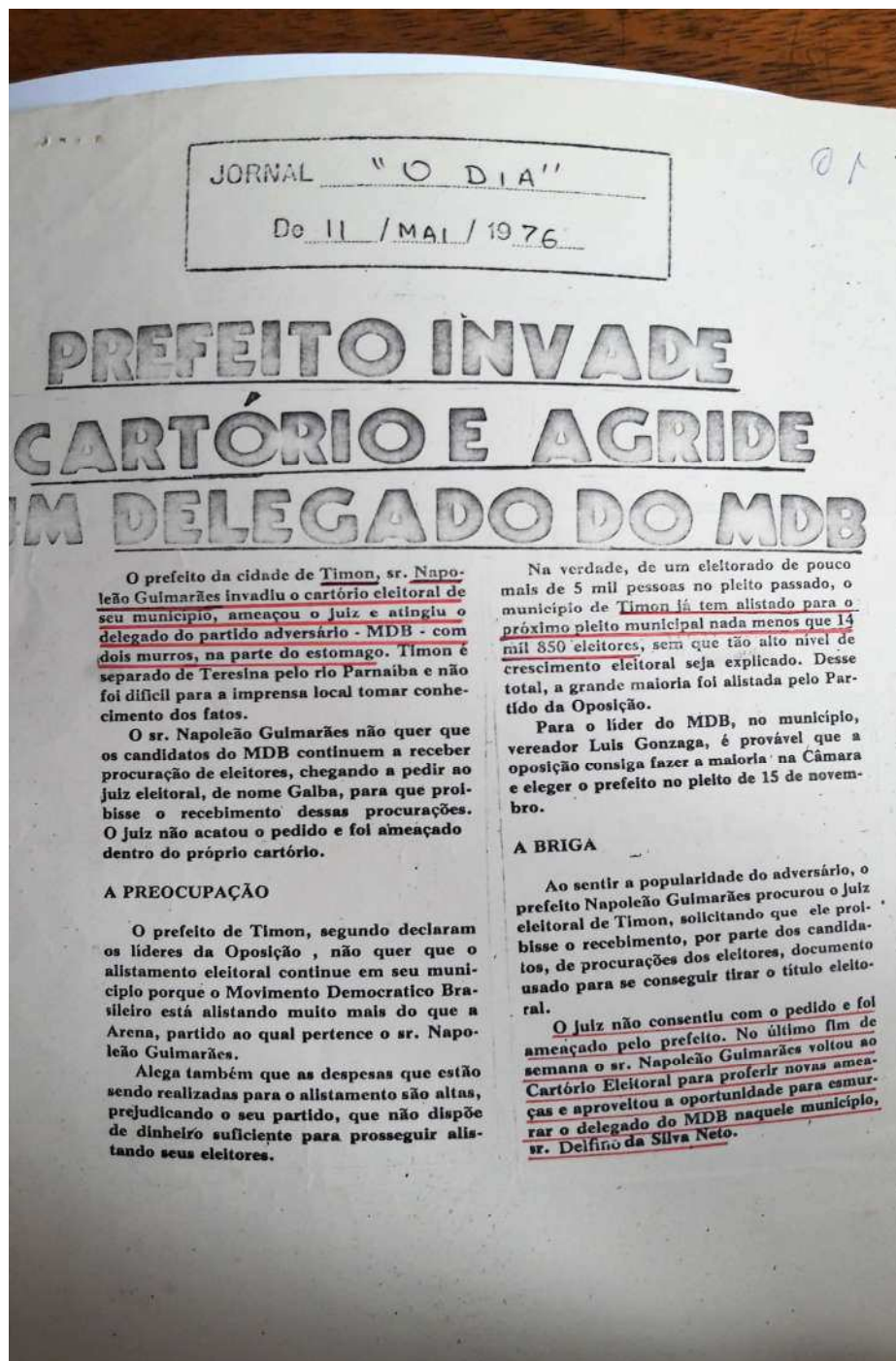
b. Providências tomadas em relação ao acontecido.

c. Outros dados julgados úteis.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS.
(Art. 62-Dec. nº 60.417/67 Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

Rev p/infos nº 1034/SZ/DAPS/MA/76

CONFIDENCIAL



04. ATIVIDADES POLÍTICAS: (Dossiê 54 Cx.77 Est.04 Prat.03)

2

CONFIDENCIAL

39

Polícia Militar do Maranhão
PM/2 — EMG — 2.ª SEÇÃO

28 MAI 79
São Luís, Ma.

"MOVIMENTO POLÍTICO"

1 - ASSUNTO PM2/PMMA

2 - ORIGEM GuSL - SR/PP/MA - DOPS/MA - CP/MA e ARQ.

3 - DIFUSÃO _____

4 - REFERÊNCIA _____

5 - ANEXO _____

INFORME Nº 011/79-PM2/PMMA

1. Conforme estava programado, chegou a esta Capital, por volta das 21:40 horas, do dia 25.MAI.79, os Srs CID ROJES AMÉRICO CARVALHO e RENATO ARCHER DA SILVA, ex-Deputados Federais pelo MDB do Maranhão.

2. Os ex-deputados cassados foram recebidos pelos representantes do MDB/MA, entre eles, Epidéio Cafeteira, Haroldo Sabcia, Maria da Conceição, Bete Lago, Freitas Diniz, Helcio Silva, Carlos Guterres e Bayna Serra.

3. No dia 26.MAI.79, por volta das 15:00 horas, chegou em São Luís, o Presidente Nacional do MDB - Ulisses Guimarães e João Pacheco Chaves, o qual veio representando o líder macedobista, Freitas Nobre.

4. Após a chegada de tais representantes, os mesmos concederam entrevista coletiva a imprensa, no Hotel Quatro Rodas.

5. Durante a entrevista, Ulisses Guimarães, disse sentir-se honrado e feliz com o reforço que Cid Carvalho e Renato Archer trazem a luta oposicionista no Maranhão.

6. Em seguida citou os princípios defendidos em todo País' pelo MDB:

- contra a extinção dos partidos;
- contra a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores;
- pela participação do povo, nas reformas que se pretendam implantar no país, para a conquista efetiva da abertura.

7. Disse que: "o Poder Executivo não tem competência moral para extinguir partidos, somente o Judiciário tem esse poder, que esta intervenção é mais um produto do arbítrio que se instalou no país' após a Revolução de 31 Mar 64;


O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO — (ART. 12 - Dec. 79.099/77 - R345)


O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO —

45

05. DOCUMENTOS EXPEDIDOS: (Dossiê 11 Cx.103 Est.05 Prat.04 p.1)

CONFIDENCIAL


ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



INFORMAÇÃO N.º 0036/SI/SSP /DOPS/MA/19 78

Data : 13 de novembro de 1978
Assunto : ATIVIDADES DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO(MDB) E DA IMPRENSA LOCAL.
Referência : XEROCÓPIA DE JORNAL(169)FOLHAS
Anexo :
Difusão : APZ/SNI.-2ªSEÇÃO DA 10ª EM.
Origem : SI/DOPS/SSP/MA/78

18 - Trouxeram a esta capital o poeta THIAGO DE MELO, que havia interrompido uma temporada no sul do país para dar o seu apoio aos candidatos do M.D.B., nas regiões Norte e Nordeste. Aqui, THIAGO DE MELO participou de comício político de apoio a HAROLDO SA BOIA, JACKSON IAGO e JOSÉ MÁRIO RIBEIRO DA COSTA no Largo da Fonte do Ribeirão, concentração essa que não foi dado conhecimento à Polícia, pois segundo eles, "A praça é do povo como o céu é do condor".

19 - Calcula-se que a participação do comício foi de aproximadamente 500 pessoas e os indivíduos conhecidamente como comunistas participaram efetivamente, como foi o caso de MARIA ARAGÃO.

20 - Convém ressaltar que, tanto nas declarações à imprensa como na concentração citada no item anterior, a DOPS foi o principal alvo de insultos. No comício, por exemplo, havia um coro dos comunistas, que ofendia moralmente o Delegado da DOPS, com os seguintes dizeres: "Um, dois, tres, mil, Florismar vai à puta que pariu" e outras coisas. Atacaram violentamente o governo.


21 - Após essa concentração, segundo INFORME E2, o grupo do partido comunista, do qual faz parte HAROLDO SABÓIA e seu grupo de apoio, reuniu-se, pela madrugada, no sítio de ROSA MOCHEL, em Maracanã, juntamente com o poeta THIAGO DE MELO e um professor universitário pernambucano de nome AMANDO SOUTO. Referido professor veio acompanhando o poeta e teria hospedado-se no LORD HOTEL, desta cidade, tendo procurado sempre disfarçar a sua presença nesta capital. Na citada reunião o nome do Delegado da DOPS teria sido bastante comentado.


52 CONTINUA...

CONFIDENCIAL

06. DOCUMENTOS EXPEDIDOS: (Dossiê 11 Cx.103 Est.05 Prat.04 p.2)

CONFIDENCIAL


ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



INFORMAÇÃO Nº 0036/SI/SSP /DOPS/MA/19 78

Data : 13 de novembro de 1978
Assunto : ATIVIDADES DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO(MDB) **E DA IMPRENSA LOCAL.**
XEROCÓPIA DE JORNAL(169)FOLHAS
Anexo : APZ/SNI.- 2ª SEÇÃO DA 10ª EM.
Difusão : SI/DOPS/SSP/MA/78
Origem :

CONTINUAÇÃO:

Nela existem escolas, entre estas o Colégio Estadual, a Biblioteca Publica, o prédio do SESC, o prédio do Banco do Brasil, a Justiça do Trabalho, SUDENE, além de constituir-se em ponto de escoamento do tráfego urbano.

13 - Atendendo despacho do Secretário de Segurança, o Delegado da DOPS comunicou ao partido solicitante da impossibilidade da manifestação naquele local, sem contudo entrar em detalhes.

14 - A decisão provocou intensa revolta aos membros daquela facção partidária, que reagiram violentamente dando declarações à imprensa de que a polícia havia proibido o partido de realizar comício.

15 - O IEPS- Instituto de Estudos Políticos e Sociais do MDB deu nota agressiva, acusando a DOPS de arbitrária e que iriam realizar o comício "QUEIRAM OU NÃO OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA"

16 - O partido opositor entrou com ação na Justiça Eleitoral e o Secretário do Interior e Justiça começou a pressionar o Governador e este, o Secretário de Segurança Pública, para que fosse feita a concessão.

17 - HAROLDO SABÓIA e seu grupo de apoio, além dos outros membros do MDB, começaram a realizar comícios relâmpagos pela cidade convidando o povo para o comício do dia 12, na Praça Deodoro e distribuíram convites nas escolas, sentindo-se claramente o interesse de jogar a Polícia contra o povo, afim de satisfazer seus apetites sanguinários.

53

CONFIDENCIAL


07. DOCUMENTOS RECEBIDOS: (Dossiê 11 Cx.111 Est.05 Prat.07)

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES, PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA N.º 028/78/DI/CIFO/SEP

DATA : 10 Ago 78
ASSUNTO : VALDINE SOUZA CARVALHO
REFERÊNCIA : -X-X-X-
DIFUSÃO : DOPS/SSP/MA



ANEXO : -X-X-X-

1 - DADOS CONHECIDOS:

a) dados de qualificação.


- Fil: Lourenço da Silva Carvalho e Dulce Souza Carvalho.
- DLN: - 28/07/56 - RASÁRIO/MA

1.1 - O nominado foi aprovado em concurso Público para o cargo de GUARDA DE PRESÍDIO da SEP/DF.

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1 - O que constar nesse Órgão que contra-indique a nomeação de epigrafo para o cargo mencionado.

Handwritten notes:
L. 1110...
M.º Gov. S.º P.º
F.º M.º 08.08.78



CONFIDENCIAL

08. ATESTADO DE IDEOLOGIA POLÍTICA: (Dossiê 03 Cx.111 Est.05 Prat.07)

reencha com letra de imprensa ou a máquina sem emendas ou r
de ditados eletrônicos, e não recortados no verso de 10 linhas, sendo autêntico

97

Nome: ARTURÍNIO DANTAS PRADO
Em Solteira
Filho de JOSE ALEXANDRE CHAVES PRADO e MARIA LUIZA DANTAS PRADO
Nacionalidade BRASILEIRO Naturalidade MARANHENSE
Nascido em 03 de OUTUBRO de 1956
Estado Civil SOLTEIRO Profissão ESTUDANTE
Portador da Cart. de Identidade n.º 266507 expedida pelo(a) SSP-MA
Residente na R. ADELINO FORTOEA Nº 228 - SOBOCA
rsquer a V. Sa. se digne conceder-lhe Atestado de que não registra antecedentes no Setor de Arquivos dessas DOPS, para fins de prova (junto ao) _____
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Nestes termos.
Pode deferimento.
São Luis, 24 de NOVEMBRO de 1977
Arturino Dantas Prado
Assinatura 313

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA